

INCUMBENT VERSUS PARTIDO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS (2000-2012)

Guillermo Stefano Rosa Gómez¹; Alvaro Augusto de Borba Barreto²

¹ Universidade Federal de Pelotas – – guillermorosagomez@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa é centrada nas eleições municipais no período de 2000 a 2012 – quatro pleitos –, mais especificamente na análise da influência do *incumbent* (o peso do candidato) em confronto com a do partido, buscando analisar qual o impacto na reeleição quando o partido possui ou não o *incumbent*. A análise se configura como uma questão proposta por um diálogo recorrente na Ciência Política que é a discussão do papel dos partidos na sociedade e qual o seu grau de representação e de legitimação por meio desta. A discussão sobre o *incumbent* se coloca como uma análise do confronto entre o voto personalista e o voto em legenda. A literatura da Ciência Política apresenta os partidos como institucionalmente fracos, que não apresentam laços fortes com a sociedade civil – o que levaria a um desprestígio do voto em legenda, por exemplo – além de serem excessivamente regionalizados. Esse cenário é o do partido *catch-all*, aquele que disputa eleições apenas para seus próprios interesses de conquistar cargos públicos; que compõe suas falas em temas “que possam muito remotamente encontrar resistências por parte da comunidade” (KIRCHHEIMER, 2012 p.5), buscando no eleitor desatento, desinteressado pela política seu alvo principal, e, ao não identificar-se com nenhum grande grupo social, procura receber votos de todos. Este tipo de partido obviamente não exige laços entre eleitorado e legenda, desta maneira é feita a abertura para um processo não programático e personalista. Esta posição é sustentada por teóricos respeitados da Ciência Política, e, também, confirmada pelo senso comum, construído a partir da grande mídia.

O processo de analisar um caso de reeleição está relacionado com o peso do candidato e do partido e de que maneira os diferentes casos se apresentam. Para isso é necessário ter em mente algumas especificidades do sistema brasileiro. A primeira é o monopólio partidário da participação política, ou seja, mesmo que uma grande figura queira se lançar a uma disputa, ela necessita fazer isto por meio de um partido mesmo que este tenha apenas um papel instrumental (e a pesquisa busca compreender o caráter desse papel) na eleição. A segunda é a restrição de apenas um candidato por partido a ser lançado em uma eleição majoritária. A terceira característica é a associação de diversas legendas para lançarem um mesmo candidato, o que traz também um enfraquecimento do sentido do partido. A quarta é a possibilidade de troca de legenda, a forma como diferentes candidatos têm a possibilidade de trocar de partido sem muitos empecilhos legais, como a perda de mandato ou inelegibilidade momentânea. Por fim, a reeleição imediata, a possibilidade de um titular disputar novamente um único cargo logo após ter desempenhado um mandato. Dessa forma se problematiza mais a questão do *incumbent* versus partido e sua influência nas eleições.

2. METODOLOGIA

Na pesquisa busca-se analisar os resultados de eleições municipais brasileiras no período de 2000 a 2012, utilizando como base de dados o site do TSE. A investigação está centrada em conhecer a quantidade de eleitores registrados por município; evidenciar a divisão dos municípios por região do país; identificar o Prefeito eleito, seus competidores e suas respectivas legendas e/ou coligações além do bloco ideológico do partido vencedor. Também é necessária a classificação da influência do *incumbent* em 4 possibilidades, que são: **a)** Partido e prefeito eleitos em um pleito concorrem unidos à reeleição; **b)** Partido e prefeito eleitos em um pleito são competidores na tentativa de reeleição; **c)** Partido eleito em um pleito concorre à reeleição, mas o *incumbent* não participa da disputa; **d)** Partido eleito participa da eleição, o *incumbent* não.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tab. 1 traz o diagnóstico da decisão sobre o modo como o partido que venceu o pleito há quatro anos e, no pleito subsequente, enfrenta o *incumbent* decidiu disputar essa eleição. A destacar que a preferência majoritária é apoiar outro candidato ao invés de apresentar um nome próprio para confrontar o titular do cargo (59,8% no período 2000-2012) e crescimento desse índice ao longo do tempo (48,1% em 2000 e 76,4% em 2012).

Tabela 1 – Modo como participa do pleito o partido que venceu o pleito anterior, deixou de ter/ser a legenda do prefeito e enfrenta o *incumbent* (Brasil, 2000-2012)

Decisão	2000	2004	2008	2012	Total
Lançou candidato	224	108	128	42	502
Apoiou outro (coligou)	208	163	239	136	746
Total	432	271	367	178	1.248

Fonte: TSE

Na tab. 2, figura o resultado que o partido obteve ao confrontar o *incumbent*. Pode-se observar que a ampla maioria dos partidos (praticamente dois terços) perde, ou seja, não consegue se reeleger (66,5% no período).

Tabela 2 – Resultado obtido pelo partido que venceu o pleito anterior, deixou de ter/ser a legenda do prefeito e enfrenta o *incumbent* (Brasil, 2000-2012)

Resultado	2000	2004	2008	2012	Total
Vitória	154	100	105	59	418
Derrota	278	171	262	119	830
Total	432	271	367	178	1.248

Fonte: TSE

A tab. 3 apresenta o modo como os partidos que venceram o *incumbent* disputaram o pleito. A ampla maioria o fez coligado e não com candidato próprio (68,4% a 31,6%). No entanto, esta tabela tem um viés que pode distorcer o resultado, pois há muito mais casos de partidos que preferiram coligar do que ter candidato próprio [e ela pode ser dispensada por causa disso].

Tabela 3 – Modo como o partido que venceu o pleito anterior e deixou de ter/ser a legenda do prefeito se reelegeu ao enfrentar o *incumbent* (Brasil, 2000-2012)

Situação	2000	2004	2008	2012	Total
Candidato próprio	67	27	31	7	132
Apoiou outro candidato	87	73	74	52	286
Total	154	100	105	59	418

Fonte: TSE

A melhor forma de medir a influência do modo como disputou o pleito (ou saber qual modo de disputar o pleito foi mais eficiente) sobre a vitória é verificar o aproveitamento, ou seja, ver a quantidade de vitórias obtidas em cada decisão, tendo em vista a quantidade de vezes que essa decisão foi tomada. E isso aparece na tab. 4, a seguir. Como houve mais derrotas do que vitórias de parte do partido que enfrenta o *incumbent*, os dois índices são reduzidos, mas é nítido que a opção “apoiar outro candidato” se mostra mais eficiente do que a de “lançar candidato próprio”: 38,7% a 26,3%. Para ficar mais fácil a compreensão dessa diferença: se os 26,3% de sucesso obtido pelo partido quando enfrenta o *incumbent* com candidato próprio for transformado em 100, os 38,7% de sucessos obtidos ao coligar equivalem a 147 (ou 47% maior).

Tabela 4 – Resultado obtido pelo partido que venceu o pleito anterior, deixou de ter/ser a legenda do prefeito e enfrenta o *incumbent*, conforme o modo como participou da disputa (Brasil, 2000-2012)

Result.	Apresentou candidato					Apoiou outro candidato				
	2000	2004	2008	2012	Total	2000	2004	2008	2012	Total
Vitória	67	27	31	7	132	87	73	74	52	286
Derrota	157	81	97	35	370	121	90	165	84	460
Total	224	108	128	42	502	208	163	239	136	746

Fonte: TSE

A tabela 5 expõe o cenário geral dos resultados, pois a derrota do partido que enfrenta o *incumbent* não significa automaticamente a vitória deste, uma vez que é possível que ambos tenham sido derrotados. Assim, verifica-se que, embora o partido perca 66,5% das vezes, o *incumbent* vence em 51,9% dos casos, pois há 14,6% dos pleitos em que os dois são derrotados por um terceiro competidor.

Tabela 5 – Resultado obtido na eleição seguinte pelo partido e pelo *incumbent* quando o destino deles está desassociado (Brasil, 2000-2012).

Resultado	2000	2004	2008	2012	Total
Partido vence; <i>Incumbent</i> perde	154	100	105	59	418
Partido perde; <i>Incumbent</i> vence	212	131	217	88	648
Ambos perdem	66	40	45	31	182
Total	432	271	367	178	1.248

Fonte: TSE

4. CONCLUSÕES

O presente trabalho mostra-se importante para fornecer mais uma ferramenta para analisar o cenário político brasileiro no que diz respeito ao sistema partidário, de identificação do eleitorado com partidos e da força dos mesmos nos pleitos eleitorais. Nas tabelas apresentadas pode-se perceber a preferência por uma eleição “personalista” através da análise estatística, geralmente a figura carismática do candidato, eleito em um primeiro pleito consegue mobilizar o eleitorado a votar em sua figura independente do partido ao qual pertence.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDARELLO, Antonio. **La Reelección inmediata del ejecutivo a nivel subnacional. Un estudio de tres casos**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GUARNIERI, Fernando. A Força dos partidos "fracos". **Dados**, Rio de Janeiro, v.54, n.1, 2011.
- KIRCHHEIMER, Otto. A Transformação dos Sistemas Partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política – RBCP**, Brasília, n.7, jan.-abr. 2012.
- MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Mercado Aberto; Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral. **Dados**, Rio de Janeiro, v.46, n.4, 2003.
- SARTORI, Giovanni. **Engenharia constitucional**. Brasília: UnB, 1996.